



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
Coordenação Geral de Controle das Licitações Públicas do
Município de Timon – MA.

PROC. Nº 211/21
FLS. 264
RUBRICA 7

ERRATA AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2021
REGISTRO DE PREÇOS PARA COMPRAS

A Coordenação Geral de Controle de Licitação da Prefeitura Municipal de Timon-MA, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 859/2021, torna público para conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO ao edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2021**, tipo Menor Preço por Item, referente ao Processo Administrativo nº 0271/2021 – SEMAG, contendo as seguintes alterações ao instrumento convocatório:

- No quadro de horários (página 2):

Onde-se lê:

ÓRGÃO INTERESSADO:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL - SEMAG.
DATA E HORA DE INICIO DAS PROPOSTAS:	10H:00MIN DO DIA 24/02/2021 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO:	10H:00MIN DO DIA 03/03/2021 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	10H:00MIN DO DIA 08/03/2021 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	10H:10MIN DO DIA 03/03/2021 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
LOCAL:	www.portaldecompraspublicas.com.br
MODO DE DISPUTA	ABERTO E FECHADO

Leia-se:

ÓRGÃO INTERESSADO:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL - SEMAG.
DATA E HORA DE INICIO DAS PROPOSTAS:	11H:20MIN DO DIA 24/02/2021 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO:	11H:20MIN DO DIA 03/03/2021 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	11H:20MIN DO DIA 08/03/2021 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	11H:30MIN DO DIA 08/03/2021 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
LOCAL:	www.portaldecompraspublicas.com.br
MODO DE DISPUTA	ABERTO E FECHADO

Autosa



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
Coordenação Geral de Controle das Licitações Públicas do
Município de Timon – MA.

PROC. Nº 211/21
FLS. 265
RUBRICA 7

Tendo em vista que a alteração supracitada não interfere na elaboração da proposta, fica mantida a data de realização do Pregão, para o dia 08/03/2021, em sessão pública eletrônica, a partir das 11:30 horas (horário de Brasília-DF), através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Todos os demais termos e condições estabelecidas no edital de Licitação e seus anexos, permanecem inalterados.

Esta errata estará disponível para consulta e retirada de cópia no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br e na sede Coordenação Geral de Controle das Licitações de Timon/MA, localizada na Praça São José, s/nº, Centro, Timon – MA, no horário de 08h00min as 12h00min, de segunda a sexta-feira, ou solicitado através do e-mail: licitacao@timon.ma.gov.br.

Timon (MA), 26 de Fevereiro de 2021.

Quésia Silva Feitosa
Pregoeira do Município de Timon/MA

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2019-SEMEJ.
OBJETO: Prorrogação do prazo do contrato de nº 004/2019-SEMEJ, cujo objeto é a FORNECER CONEXÃO DE FIBRA ÓPTICA E TRANSMISSÃO DE DADOS ASSIMÉTRICO DE ACESSO À INTERNET DE FORMA CONTINUADA, OPERACIONALIZAÇÃO, FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO, MANUTENÇÃO E GERENCIAMENTO DA REDE
FUNDAMENTAÇÃO: PREGÃO 03/2019 - PMT
CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Esporte Juventude e Lazer - SEMEJ
CONTRATADA: L B GOMES ME
DATA DE ASSINATURA: 22/02/2021
VIGÊNCIA: 12 meses

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
Segundo Termo de Aditivo ao Contrato Nº 004/2019 Fundamentado. Fica prorrogado o prazo de execução contratual por igual período a partir do dia 28/02/2021 ao dia 28-02-2022 com base no Art. 5º, inciso II, da Lei nº 8.666/93.
Objeto: Aquisição de serviços de manutenção e internet através de link dedicado
Contratante: Secretaria Municipal de Esporte Juventude e Lazer - SEMEJ
Contratado: L B Gomes, CNPJ nº 10.781.825-005-009
Valor Mensal: R\$ 3.000,00 (três mil novecentos e sessenta reais)
Valor total R\$ 47.520,00 (quarenta e sete mil quinhentos e vinte reais)
Data de Assinatura: 25/02/2021

ERRATA A AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
ATO: A Pregoeira Municipal torna público para conhecimento dos interessados, errata ao aviso de licitação do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 009/2021 – CGCL, cujo objeto é o Registro de Preços para futuras aquisições de materiais de expediente, didáticos e pedagógicos diversos, para atender as demandas do município de Timon-MA publicado neste Diário na Edição nº 2.058, de 23 de Fevereiro de 2021, da seguinte forma
Onde se lê:
DATA E HORA DE INICIO DAS PROPOSTAS: 10h00min do dia 24/02/2021. DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS: 10h00min do dia 08/03/2021. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA: 10h10min do dia 08/03/2021.
Leia-se:
DATA E HORA DE INICIO DAS PROPOSTAS: 11h30min do dia 24/02/2021. DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS: 11h30min do dia 08/03/2021. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA: 11h30min do dia 08/03/2021.
Timon, 26/02/2021. Pregoeira: Quésia Silva Feitosa.

DMTRANS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 03/2021

O Diretor do Departamento Municipal de Trânsito e Transporte de Timon/MA – DMTRANS – na qualidade de Autoridade de Trânsito deste município, com fulcro no Art. 13 da Resolução CONTRAN 619/2016, com base nas competências elencadas no art. 21 da Lei 9.503/97 – CTB, com fulcro no seu art. 261, e ainda, e considerando a impossibilidade de postagem via correios que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, não comprovando a entrega aos destinatários, **notifica** os das respectivas autuações, concedendo-lhes o prazo de 15 (quinze) dias contados a partir do dia útil subsequente a publicação do respectivo edital de notificação de autuação nº 03/2021 no Diário Oficial da Prefeitura de Timon para, caso queiram, apresentarem Defesa da Autuação e ainda, indicar o condutor infrator, nos termos da Resolução CONTRAN nº 619/2016 e art. 257 do CTB. A Defesa da Autuação deverá ser dirigida à Autoridade de Trânsito do DMTRANS e instruída conforme a Resolução nº 299/2008 do CONTRAN, contendo no mínimo requerimento assinado com as razões da defesa; cópia da Notificação ou do auto de infração ou documento contendo a placa do veículo e número do auto de infração; cópia do CRLV; cópia do documento de identificação do requerente que comprove sua assinatura; procuração, quando for o caso; quando pessoa jurídica, documento que comprove a

representação. A Defesa da Autuação e a indicação do condutor infrator deverão ser apresentadas pessoalmente na sede do DMTRANS ou enviadas por remessa postal para Rua Joaquim Pedreira, nº 55, Bairro Parque Piauí, CEP 55631-350, Timon/MA. O Formulário de Indicação do Condutor Infrator deverá ser devidamente preenchido, assinado e acompanhado de cópia do documento de habilitação (CNH ou Permissão para Dirigir) do condutor infrator, além de documento de identificação do proprietário do veículo ou seu representante legal, o qual, neste caso, deverá juntar documento que comprove a representação. Ao proprietário cabe a responsabilidade nas esferas penal, civil e administrativa, pela veracidade das informações e dos documentos fornecidos. Não serão conhecidas Defesas da Autuação e indicação do condutor infrator apresentadas fora do prazo, sem reconhecimento de legitimidade, sem assinatura ou sem os documentos necessários, exigidos pela legislação. Seguem os dados na seguinte ordem: placa/UF, nº Auto de infração, data do cometimento, Código/Desdobramento.

PLACA DO VEICULO	Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO	DATA DA INFRAÇÃO	CÓDIGO DA INFRAÇÃO
0EE4411	TMA0067807	12/01/2021	76331
QRS7F78	TMA0067806	12/01/2021	76331
PMY8940	TMA0067805	12/01/2021	70481
PMY8940	TMA0067804	12/01/2021	68580
LVV4487	TMA0067707	12/01/2021	55090
NH4496	TMA0067706	12/01/2021	55250
NIQ8263	TMA0067705	12/01/2021	70481
QR54C38	TMA0067704	12/01/2021	51851
PIA4901	TMA0065939	11/01/2021	55090
NHU1732	TMA0066397	11/01/2021	70481
PIN3136	TMA0064999	11/01/2021	70481
LVI8121	TMA0067860	10/01/2021	70481
NIP3339	TMA0067857	07/01/2021	70481
NH77312	TMA0067855	07/01/2021	55090
PNE6C52	TMA0067853	07/01/2021	55090
QEG3504	TMA0067851	04/01/2021	54870
NIU2293	TMA0067863	04/01/2021	51851
NI68-19	TMA0067962	04/01/2021	70481
LVV 7754	TMA0066759	01/01/2021	68580
OUC8873	TMA0066758	01/01/2021	70481
NIF9728	TMA0066757	01/01/2021	70301
QWA6D98	TMA0068029	14/01/2021	54010
QRN0E29	TMA0068026	14/01/2021	55500
OEG8534	TMA0068025	14/01/2021	57200
OEG8534	TMA0068024	14/01/2021	58192
NH22833	TMA0068023	14/01/2021	55090
LVN7729	TMA0068022	14/01/2021	57200
PI9118	TMA0068021	14/01/2021	60681
NNH6624	TMA0068016	13/01/2021	70481
OVX7112	TMA0068002	13/01/2021	51852
NIU 3228	TMA0067661	14/01/2021	70481
QR04640	TMA0067651	12/01/2021	55090
OUC9586	TMA0067621	22/12/2020	55500
QNC7773	TMA0067620	22/12/2020	55500
HPB7G91	TMA0067618	22/12/2020	55500
PI4702	TMA0067611	20/12/2020	55500
NIF0181	TMA0067609	20/12/2020	54282
ODX5030	TMA0067608	20/12/2020	54282
LVZ8458	TMA0067605	20/12/2020	60501
LWD6130	TMA0067604	20/12/2020	57200
PIK4203	TMA0046725	12/01/2021	55090
BBG9910	TMA0046723	11/01/2021	64910
QBV2978	TMA0046722	11/01/2021	70481
PIH3136	TMA0065000	11/01/2021	57380
PNE6C52	TMA0064998	11/01/2021	54010
LVMS487	TMA0064996	11/01/2021	55090
PIJ0760	TMA0064995	11/01/2021	55500
ORV1822	TMA0064992	11/01/2021	5452E
NIP0209	TMA0065885	11/01/2021	58196
NIP0209	TMA0065884	11/01/2021	60631
OXW9B38	TMA0067752	09/01/2021	57380
LVG0913	TMA0064990	09/01/2021	55090
PID9322	TMA0064989	09/01/2021	51851

PIP7677	TMA0067802	09/01/2021	68580
PID9289	TMA0066881	09/01/2021	55500
NIM0228	TMA0065937	08/01/2021	55500
OTZ9683	TMA0065935	08/01/2021	55500
NIU8256	TMA0066399	08/01/2021	70481
QRP7888	TMA0066392	08/01/2021	76331
PIX1907	TMA0066391	08/01/2021	60501
PIU5457	TMA0066390	08/01/2021	58196
PII4697	TMA0066477	08/01/2021	70481
NH12333	TMA0067601	10/01/2021	70481
ODY5416	TMA0067703	10/01/2021	60501
QEC2969	TMA0067092	05/01/2021	54870
PFN9546	TMA0066474	05/01/2021	55500
NIW9754	TMA0066473	05/01/2021	55500
QRP9C76	TMA0064358	05/01/2021	51851
PI02960	TMA0064357	05/01/2021	57200
HTD7005	TMA0065931	05/01/2021	54282
LVX4716	TMA0065930	05/01/2021	55500
PIP7677	TMA0061112	04/01/2021	70481
PIX0830	TMA0061107	04/01/2021	70301
PIX0830	TMA0061106	04/01/2021	70481
PSG9662	TMA0064356	04/01/2021	70301
NIM2655	TMA0046716	03/01/2021	70481
PIA6775	TMA0067091	02/01/2021	55500
NIT8565	TMA0067090	02/01/2021	54282
NUV8584	TMA0065928	02/01/2021	55500
PIW4793	TMA0061102	29/12/2020	53800
NIET191	TMA0065344	26/12/2020	56142
OVW2877	TMA0065343	26/12/2020	55090
KEL2398	TMA0065339	26/12/2020	60501
KEL2398	TMA0065338	26/12/2020	70481
QXL4231	TMA0065337	26/12/2020	60841
PIN5120	TMA0065332	23/12/2020	60501
QRQ4660	TMA0065331	23/12/2020	55500
OVW2930	TMA0067912	21/01/2021	58350
NHV9440	TMA0067911	21/01/2021	58194
QRR2B16	TMA0067100	20/01/2021	55090
NIN3834	TMA0067099	20/01/2021	70481
LV19329	TMA0068257	20/01/2021	70481
NHU8876	TMA0068168	19/01/2021	60681
PI57664	TMA0068166	19/01/2021	60412
PIF5696	TMA0068165	19/01/2021	70301
NSS3F18	TMA0068164	19/01/2021	70481
PIE9456	TMA0068161	19/01/2021	60412
LWM9167	TMA0067718	18/01/2021	55500
OEC9800	TMA0068254	17/01/2021	70481
OEC9800	TMA0068253	17/01/2021	70301
LWF9344	TMA0067674	17/01/2021	54950
LWQ4061	TMA0067673	17/01/2021	70301
NIF0090	TMA0067877	16/01/2021	55500
PIM0280	TMA0067878	16/01/2021	55500
QRP1154	TMA0067879	16/01/2021	55500
NIJ7438	TMA0067876	16/01/2021	55500
QRS9H67	TMA0068156	16/01/2021	59910
LV51038	TMA0068152	16/01/2021	70481
QRS0C35	TMA0061118	16/01/2021	54870
OEA6309	TMA0061113	16/01/2021	60174
PIV6C80	TMA0067904	16/01/2021	55500
QNM2161	TMA0067717	18/01/2021	51851
LVX5218	TMA0067715	18/01/2021	51851
OEB4876	TMA0067814	18/01/2021	55090
NIV1136	TMA0067810	18/01/2021	70481
OEG4245	TMA0067808	18/01/2021	70481
PIZ6339	TMA0068105	18/01/2021	61220
PIZ9524	TMA0068104	18/01/2021	58196
GDV9932	TMA0068103	18/01/2021	76331
PIR2113	TMA0068102	18/01/2021	54870
LVK7099	TMA0068101	18/01/2021	51851
PI09322	TMA0067712	18/01/2021	51851
QQE4087	TMA0067710	18/01/2021	54870
ODX1373	TMA0068050	16/01/2021	58194
LWP6028	TMA0068049	16/01/2021	55500
OED7389	TMA0068048	16/01/2021	55500
LV13674	TMA0068046	16/01/2021	65640
NJE9397	TMA0068040	16/01/2021	59670

Corregedoria Geral da Justiça lança Programa Minha Terra

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) lançou, na manhã desta sexta-feira (26), o Programa Minha Terra, que terá a finalidade de fomentar ações para regularização de áreas urbanas e rurais, inicialmente em 30 municípios do Estado. A iniciativa conta com o apoio dos órgãos dos três poderes, entidades afins e sociedade civil organizada.

No lançamento do Programa Minha Terra, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Veltten, destacou que o Poder Judiciário tem importante papel na frente de atuação social, protagonismo trazido, principalmente, a partir de 2004, com a chamada reforma do Judiciário. Ele destacou que a modernização da Justiça está em curso permanente, com a adoção de tecnologias e metodologias de trabalho que refletem na melhor atuação da instituição perante os conflitos sociais.

"É um erro que quero evitar de modo especial, que é o da pacificação, do desdualização dos conflitos. É, eventualmente, nesse ponto que entra o trabalho da Justiça, com o trabalho de fomento do Judiciário. O fomento moderno percebeu que não pode chegar apenas com ações remediações, após o conflito já estar instalado. O nosso papel, em cooperação com os demais órgãos, é de evitar conflitos e intervir no conflito em estado de latência, a fim de evitarmos que ele se concretize", defendeu.

Sobre os trabalhos de cooperação, que serão realizados para concretização do Programa, Veltten afirmou que é preciso a efetiva atuação inter-institucional. Analisando a constituição da comissão, o corregedor também que

seus poderes exercitativos se tornam mais dependentes, em se pelo qual é possível ter a atuação de forma mais efetiva da população. "Precisamos pensar o melhor de nossas forças para fazer a paz social, que neste caso, vem com a entrega da titulação da propriedade para aquele que ocupa e usufrui de sua moradia. Os poderes do Estado devem atuar conjuntamente voltados para atender aos anseios da sociedade, que esperam o seu pleno funcionamento. Esse é o grande desafio voltado sobre nossos ombros, como gestores públicos", concluiu.

A coordenadora do Núcleo de Regularização Fundiária, Jovita Tereza Vasconcelos, disse que não é mais possível delegar a responsabilidade da pauta de regularização fundiária, mas ela discutiu com os colegas. A magistrada afirmou que o objetivo do Programa é estimular ações conjuntas entre os órgãos dos três poderes, entidades afins e sociedade civil organizada, em razão do ematilhado de normas e competências distintas, para que a implementação de ações seja melhor. "É preciso compatibilizar as nossas atividades para que o planejamento seja acertado, sem que se esperem, legítimas de cada um e principalmente a do cidadão, não sofriam frustrações graves", conclamou.

A coordenadora garantiu que a medida também impactará na diminuição dos conflitos fundiários, onde é comum verificar a especulação imobiliária e grilagem de terras, que, segundo ela, teve sensível aumento na região do Matopiba. Ela destacou que o trabalho proseguirá com a realização de reuniões periódicas, canalização de termos de cooperação e capacitação de

empítes técnicas pela plataforma da Escola da Magistratura Maranhense.

Representando o governador Flávio Dino, o secretário de Estado de Programas Estratégicos, Luis Fernando, afirmou que o governo do Maranhão dá a todo o apoio necessário e que esta é também uma prioridade do Executivo estadual, inclusa nos 65 compromissos de gestão. Ele chamou a atenção para três dimensões que a iniciativa representa.

"O primeiro é nas famílias, objeto principal, na medida em que garante a legitimação da propriedade, justiça social e desenvolvimento humano, econômico e social. A outra é o Estado, quanto poder que assegura e garante direitos. E tem a municipal, ou seja, a iniciativa capacita o município para a melhoria da qualidade das suas ações, promovendo justiça social", ressaltou.

O lançamento do Programa Minha Terra foi acompanhado pelo diretor da Esma, desembargador José Jorge, os corregedores-gerais dos estados que compõem a região do Matopiba, desembargadores Osvaldo Bontim (CE-BA), Fernando Lopes (CGI-PI) e Evelyn Sampaio (CG-TO), além de magistrados de diversas comarcas maranhenses.

Também participaram da solenidade o secretário de Estado das Cidades, Márcio Levy; o prefeito do município de Tutuza, Fernando Passau, representando a Federação dos Municípios do Maranhão; prefeitos locais municipais; cartorários e representantes de entidades parceiras ligadas ao tema.

Márcio Honaiser celebra sucesso do programa e explica como população pode aderir

Os serviços de primeira ajuda do Programa Minha Terra Social de Energia, Marc Honaiser, em um exemplo de cooperação entre poder público e empresas privadas, para elevar a eficiência e a qualidade dos serviços. É nesse momento, a articulação do secretário da Sedes, deputado Márcio Honaiser e sua equipe, fez a diferença para centenas de milhares de pessoas.

"Em 2019, não poderíamos imaginar que teríamos a crise sanitária e econômica que assolou o país e o mundo, e que acabou colocando ainda mais pessoas em situação de vulnerabilidade, mas já sabemos que mais maranhenses precisavam acessar esse programa federal e ter os desconhecidos a conta de energia", contou Honaiser.

Articulando com o Equatorial e buscando a ajuda e o acompanhamento de partido e presidente da Câmara, Erlano Xavier, para envolver os 217 municípios, o secretário ajudou a montar a fórmula que define como, com uma grande campanha, que envolvia uma ação, um incentivo virtual e um trabalho que se tornava referência nacional.

Agora, o Maranhão ocupa o segundo estado do país com melhor desempenho na Justiça Social. As vantagens são mais de 929 mil famílias maranhenses cadastradas no programa. Somente em 2020, foram quase 160 mil novas adesões. E mais famílias ainda têm potencial para serem beneficiadas.

ADEÇÃO AO PROGRAMA

Honaiser explicou que, para aderir ao programa, é necessário ter NIS e renda familiar mensal per capita inferior ao igual a meio salário mínimo nacional, ou beneficiário do Benefício de Prestação Continuada



Secretário Márcio Honaiser com o presidente da Famem, Erlano Xavier, e representantes da Equatorial Maranhão

de Assistência Social – BPC.

Para quem não possui NIS precisa primeiro procurar um dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), com documentação pessoal em mãos. Quem possui o NIS pode se dirigir à segunda etapa, buscando o site do programa (familiasocial.sedes.mg.gov.br) para proseguir com o cadastro, sobre o qual o NIS precisa ser atualizado ou consultado seu benefício.

O sistema ainda os canais de atendimento da Equatorial, como WhatsApp Assistência Virtual (116) e (080) 2022-0116; site www.equatorialnet.com.br; Central 110; Postos de Atendimento presencial na Equatorial Maranhão e app Equatorial. A ISK, é um benefício concedido pelo Governo Federal desde 2002 a famílias e indivíduos de baixa renda, indígenas e quilombolas que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Caravana Mais Turismo percorrerá os municípios de Arari, Cajapió, Lago Açu e Penha

Caravana de capacitação profissional, adesão e regularização do cadastro, e análise de atividades e resultados com as instituições de governança local, são algumas das ações que serão desenvolvidas pela Secretaria de Estado do Turismo (Setur-MA), por meio da Caravana Mais Turismo, entre 1 e 5 de março, nos municípios de Arari, Cajapió, Lago Açu e Penha, que compõem o Polo Lagos e Campos Fluviais.

Durante os cinco dias, as equipes técnicas das Superintendências de Qualificação Profissional, de Regularização de Artesanato do Maranhão e de Cadastro vão percorrer os quatro municípios do polo, levando benefícios para a população local, através do Mais Qualificação Profissional, com a oferta de cursos, serviços de cadastro para prestadores de serviços turísticos por meio do Cadatour, além de serviços esclarecedores e suporte do Programa de Regularização do Turismo no Estado (ormit-ces) sobre o reconhecimento por 1 ano de 2021. Os dados a serem coletados e consolidados a partir de estatística dos municípios, serão oferecidos pela Superintendência de Qualificação Profissional (ques

gestivos de laborações Turísticas; Qualidade no Atendimento Parabares e Restaurantes; Técnicas de Comercialização e Vendas no Artesanato; Mídias Sociais para Promoção do Turismo, com carga horária de 10 horas, além dos cursos de Organização e Operacionalização de Rotérios Turísticos e Laboração de Projetos no Turismo (ambos com carga horária de 20 horas) e Qualidade no Atendimento (40 horas de carga horária). Ao final de cada curso, granting o aluno receberá seu certificado e receberá a Superintendência de Regularização de Turismo de Arari, Lago Açu e Penha, além de realizar encontro com os Conselhos Municipais de Turismo de Governança do Polo Lagos e Campos Fluviais, em Arari.

Na pauta das reuniões serão discutidas a implementação de 2021 e orientação das ações executivas da Secretaria de Governança Programa (GGP), além de apresentar os gestores sobre o funcionamento dos poderes e atribuições dos conselhos no próximo período de vigência, de mandato dos vereadores e conselheiros municipais.

MP, DPE e Famem discutem vacinação contra a Covid-19 no Maranhão

O procurador-geral de justiça, Edmardo Nicolau, recebeu, na manhã desta sexta-feira, 26, o defensor-geral do Estado, Alberto Bastos, e o presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), Erlano Xavier, para discutir a demanda da vacinação no estado do Maranhão.

Também participaram do encontro o prefeito de Presidente Dutra, Raimundo Alves Carvalho, o presidente da Associação de Prefeitos e Atores de Instituições de Ensino do Estado do Maranhão (Aspe-MA), Marcello Freitas, e o diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais do MPMA, José Márcio Maia Alves. Durante o encontro, Edmardo Nicolau demonstrou a sua preocupação com os baixos índices de vacinação, em especial no interior do estado, bem como com a elevação nos índices de ocupação de leitos hospitalares em vários municípios.

"Precisamos ter foco na garantia da vida e da saúde do nosso povo. Por isso estamos reunindo diversas instituições para discutir a realidade que estamos enfrentando e apresentar propostas para vencer esse momento difícil", afirmou.

O presidente da Famem observou que alguns municípios, embora estejam vacinando os grupos prioritários, não estão dimensionando os sistemas, o que tem sobrecarregado os serviços, em parte da Federação. No entanto, Edmardo Nicolau não deixou a importância de maior agilidade no processo de vacinação, em especial devido ao agravamento da pandemia. "Nós estamos chegando ao limite de ocupação de leitos, então a Famem está em diálogo com o Ministério Público e o Estado e vamos tomar atitudes mais severas para reduzir o avanço do vírus que está avançando rapidamente", afirmou o prefeito de Lagoa Grande, Nicomedes Filho, um novo decreto suspendeu aulas parciais por 15 dias e reduziu a quantidade de pessoas permitidas em restaurantes e bares, entre outras medidas.

Marcello Freitas afirmou que o avanço do vírus e a crise que tem atingido municípios, enquanto estado de defesa é mantido, estão de fato sendo atendidos em 177 em todo o estado. Para o presidente da Aspe-MA, medidas mais rígidas podem levar a suspensão de milhões. "Entendemos que estamos pensando em como fazer com que os municípios possam trabalhar mais para garantir a segurança e a sustentabilidade de todos", concluiu.

OAB É NOTÍCIA

ATO PÚBLICO
Durante a manhã desta quinta-feira, 25/02, a OAB-MA realizou ato público em frente ao Fórum Desembargador Barney Costa com o intuito de pedir que os profissionais informem problemas ocorridos nos agendamentos para atendimento presencial junto às unidades judiciais ou administrativas do Poder Judiciário Maranhense. A ação foi motivada por conta das reclamações de que, em virtude da pandemia e da exigência de agendamento para atendimento nas unidades judiciais, estaria sendo exigido prévio cadastro dos colegas para ingressar nas dependências do Fórum Estadual de São Luis. Ao tomar conhecimento de tais reclamações, o Presidente Thiago Diaz oficiou e contactou o Corregedor do TJMA, Des. Paulo Veltten, para que a exigência deixasse de ser feita, na medida em que violava as prerrogativas da Advocacia.

CERIMÔNIAS DE COMPROMISSO
A Seccional Maranhense da Ordem deu início às Cerimônias de Compromisso do ano de 2021. E a primeira delas ocorreu no formato virtual no início desta semana, de forma virtual, com transmissão pelas plataformas Zoom e Youtube. Ao todo, a OAB recebeu 200 novas advogadas e advogados que firmaram o compromisso de exercer a advocacia pelo juramento da classe jurídica.

FISCALIZAÇÃO
Na última semana, a OAB/MA, por meio da Comissão de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana, realizou uma inspeção ao longo da MA-203, conhecida como estrada do Aracaju, onde será implantado o sistema de Transporte Rápido por Ônibus (BRT). O objetivo da inspeção foi verificar os motivos do atraso na obra, que tem causado diversos transtornos à população da região. Durante a inspeção, foram constatados vários pontos maciçados da obra e ausência de drenagem em alguns pontos da via, ocasionando alagamentos no período de chuva, assim como esgotamento nas margens do rio que passa ao lado da Upa do Aracaju. A Comissão informou que já havia oficiado a MOB anteriormente, mas não obteve respostas. A OAB/MA seguirá acompanhando o caso e tomando medidas cabíveis se não houver uma resposta satisfatória da Agência, haja vista os prejuízos econômicos, sociais e de mobilidade urbana que estão sendo causados.

PASSEIO CICLISTICO
Advogadas e advogados de São Luis finalizaram o dia 24/02 (quinta-feira) com muito exercício físico. É que a BAR Maranhão, através da sua Comissão de Esportes, realizou o I CICLOAB de 2021, o passeio ciclistico que movimenta e reúne a advocacia lotuense em uma ação de saúde e bem-estar. Esta foi a primeira edição realizada que a Seccional Maranhense realizou, obtendo uma grande receptividade junto à classe, que compareceu em grande número ao passeio.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COELHO NETO AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 008/2021. A Prefeitura Municipal de Coelho Neto, Estado do Maranhão, por meio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02 e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, para Contratação de empresa para Prestação de serviço de manutenção de Ar condicionado, bebedouros, freezers e geladeiras para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças do Município de Coelho Neto - MA, no dia 17 de Março de 2021 às 09:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos da tecnologia de informação, site https://www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo credenciada pela Pregoeira desta Prefeitura Municipal. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na página web do Portal de Compras Públicas – endereço https://www.portaldecompraspublicas.com.br. Esclarecimentos adicionais no mesmo endereço eletrônico Coelho Neto - MA, 24 de Fevereiro de 2021. Sergio Ricardo Viana Bastos – Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

ERRATA A AVISO DE LICITAÇÃO MUNICIPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO

ATO: A Pregoeira Municipal torna público para conhecimento dos interessados, errata ao aviso de licitação do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 009/2021 – DGCL, cujo objeto é o Registro de Preços para futuras aquisições de materiais de expediente, didáticos e pedagógicos diversos, para atender as demandas do município de Timon-MA, publicado neste jornal na data de 23 de Fevereiro de 2021, página 7, da seguinte forma:
Onde se lê:
DATA E HORA DE INICIO DAS PROPOSTAS 10h00min do dia 24/02/2021. DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS 10h00min do dia 08/03/2021. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA, 10h10min do dia 08/03/2021.
Leia-se:
DATA E HORA DE INICIO DAS PROPOSTAS 11h30min do dia 24/02/2021. DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS 11h30min do dia 08/03/2021. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA, 11h30min do dia 08/03/2021.
Timon, 26/02/2021, Pregoeira: Questia Silva Fátima.